

SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, LAZER E O PAPEL DO ESTADO

Recebido em: 10/04/2009

Aceito em: 17/08/2009

Edmilson Santos dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Porto Alegre – RS – Brasil

RESUMO: Compreender o lazer em sua dimensão temporal, implica mergulharmos no conjunto de experiências que produzem uma determinada realidade. A partir das pesquisas Mapa do Lazer Juvenil e do Mapa dos Espaços Esportivos, ambos da Grande Mathias, buscamos compreender melhor o contexto espacial que sustenta as experiências de lazer esportivo dos jovens dessa região. Num primeiro momento, procuramos discutir o impacto da segregação sócio-espacial na configuração do espaço da Grande Mathias. A segregação também cumpre uma agenda política e ideológica, principalmente no que diz respeito à fragilização dos laços sociais construídos a partir de experiências culturais, como aquela oportunizada pela prática do esporte. Nesse caso, o Estado pode atuar, através de suas políticas, na ampliação das desvantagens dos grupos segregados no acesso ao lazer esportivo, ampliando ainda mais a vulnerabilidade dos jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação. Segregação nos esportes. Lazer. Juventude. Esporte.

SOCIAL-SPATIAL SEGREGATION, LEISURE AND THE ROLE OF THE STATE

ABSTRACT: Understanding leisure in its temporal dimension implies considering the set of experiences that produce a certain reality. From two researches (Map of Juvenile Leisure in Grande Mathias Region, and Map of Sports Locations in Grande Mathias Region), we have attempted to better understand the spatial context that has supported sports leisure experiences among young people in that region. Firstly, we discuss the impact of social-spatial segregation in space distribution in Grande Mathias. Segregation also has a political and ideological role in weakening social bonds formed from cultural experiences, such as that provided by sports. The State policies may enhance disadvantages of segregated groups in terms of access to sports leisure, thus aggravating young people's vulnerability.

KEYWORDS: Segregation. Segregation in Sports. Leisure. Youth. Sport.

Introdução

Este artigo apresenta algumas reflexões a partir dos resultados do cruzamento de informações colhidas em duas pesquisas: Mapa do Lazer Juvenil e Mapa dos Espaços Esportivos, as duas da Grande Mathias¹, realizadas na Região da Grande Mathias Velho, na cidade de Canoas/RS/Brasil.

O Mapa da Juventude da Grande Mathias teve por objetivo traçar o perfil do lazer de jovens estudantes da 5ª série do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. A partir da organização das atividades de lazer, realizadas durante o final de semana, busca-se correlacioná-las com algumas variáveis. Dentre elas destacam-se, já publicadas: idade (SANTOS, 2008), gênero (SANTOS; CARDOSO; REPPOLD FILHO, 2008), formação escolar (SANTOS; DAMICO, 2007), raça (SANTOS; DAMICO e FREITAS, 2006) e religião (SANTOS; MANDARINO, 2005) e o relatório de pesquisa do Mapa do Lazer Juvenil da cidade de Canoas (SANTOS, 2009b).

O Mapa dos Espaços Esportivos busca realizarem o diagnóstico dos espaços de lazer esportivo a partir dos seguintes indicadores: área esportiva construída, área esportiva útil, área esportiva total, potencial esportivo, índice de diversidade esportiva, densidade esportiva, área esportiva por habitante e índice de conforto esportivo. Essa metodologia está descrita em Santos (2009a), aplicada anteriormente em (SANTOS, 2006b).

A combinação das duas metodologias permitiu correlacionar a segregação sócio-espacial, lazer e vulnerabilidade juvenil. O texto está dividido do seguinte modo: primeiro, em “Traços da segregação sócio-espacial”, apresentamos a região investigada, problematizando seu processo de urbanização e a decorrente precarização dos espaços

¹ Pesquisas realizadas pelo NUPÉ da Cidade/ESEF/UFRGS.

esportivos de sociabilidade juvenil. Também abordamos essa temática a partir de algumas tendências no campo das ciências sociais e humanas que têm apontado fortes críticas sobre a natureza da segregação socioespacial. Num segundo momento, em “Espaços Públicos para o lazer esportivo”, abordamos como as políticas públicas historicamente não vêm priorizando a qualificação dos espaços formais de lazer e de lazer esportivo, chegando a aplicar políticas clientelistas, como nas modalidades de comodato, numa clara situação de privatização do espaço público.

Traços da segregação sócio-espacial

A representação muito comum de que a periferia das cidades, principalmente das regiões metropolitanas, corresponde a um misto de pobreza e violência, tem oportunizado uma visão homogênea desses espaços urbanos, típicas dos discursos racionalistas. Tal fato vem impedindo uma leitura mais complexa dos diferentes contextos de produção e de distribuição da população no território da cidade (FERNANDES, 2006). Dividi-la de forma dual em zonas ricas e prósperas, de um lado, e zonas pobres e violentas, de outro, não possibilita compreender as zonas sociais intermediárias nem a diversidade de experiências na formação de cada uma delas (PRÉTECEILLE, 2004; ZALUAR, 1997). Mesmo a polarização social reivindicada pela tese da *global city* (SANSSEN, 1991) não pode ser assumida sem muitos cuidados, nem representa um consenso na literatura (BARCELLOS; MAMMARELLA 2001).

A escolha do bairro Mathias Velho, em Canoas/RS², como lócus de análise do lazer juvenil está vinculada a sua importância para a história da cidade, passando por sua representatividade populacional, o que colabora para configurar uma grande riqueza analítica na interpretação da relação entre lazer, segregação sócio-espacial e juventude. Esses fatores, à primeira vista, justificavam tal empreendimento.

Como desejávamos cruzar as informações colhidas por nossa investigação com outros bancos de dados, escolhemos, para tanto, reordenar o território a ser investigado. Para utilizar as informações censitárias, incorporamos ao estudo áreas adjacentes ao bairro Mathias Velho, numa extensão lateral não maior do que 500 metros. Essa operação justifica-se na medida em que a cidade, no momento do censo de 2000, ainda não dispunha de suas regiões político-administrativas definidas e regulamentadas. Nesse caso, o setor censitário acabou incorporando áreas adjacentes ao bairro Mathias Velho: a Vila Cerne, Mato Grande e a Vila Santo Operário. Essa nova configuração espacial não acarretou uma fragilização metodológica, pois essas áreas não representam uma descontinuidade no que diz respeito ao contexto social do bairro Mathias Velho.

A recomposição geográfica mantém o bairro Mathias Velho no centro de nossa atenção. Ele corresponde a 80% da população do novo cenário. Para garantirmos uma análise didática de fácil leitura, designamos essa nova área como sendo a Grande Mathias. Mantivemos o nome Mathias Velho quando a análise se restringe exclusivamente ao bairro.

² Canoas é um município da Região Metropolitana de Porto Alegre. Tem o segundo PIB do estado. A cidade possui uma renda per capita de R\$ 23.704,00 contra R\$ 10.437,00 de Porto Alegre, ano base 2003. Fonte Fundação de Economia e Estatística/RS. As informações censitárias tiveram como base o Censo de 2000/IBGE. As informações político administrativas foram coletadas diretamente na Prefeitura Municipal de Canoas/RS.

A Grande Mathias é responsável por 25,8% da população da cidade de Canoas e possui 79.957 habitantes.

O bairro Mathias Velho está localizado a dois quilômetros do centro da cidade, portanto, não pode ser enquadrado no paradigma centro/periferia. Por outro lado, a dinâmica da segregação sócio-espacial permite-nos analisá-lo, pelo menos à primeira vista, como um bairro marcado pela precarização das condições de vida de sua população, algo típico das periferias urbanas, situação que é compartilhada também pelas áreas incorporadas à análise.

Seus moradores estão distribuídos numa faixa retangular de 6.000 metros de comprimento, com 1.200 metros de largura. Ao longo do tempo, diferentes cenários no processo de ocupação do bairro foram sendo constituídos. Sua configuração espacial é produto de um urbanismo racionalista. Cinco avenidas, posicionadas geometricamente, acompanham os seis quilômetros de extensão do bairro em direção ao fundo. Perpendicularmente a elas, existe uma sequência de ruas construídas de forma a garantir quadras com largura e comprimento do mesmo tamanho. Do ponto de vista do traçado, o disciplinamento do espaço produz um cenário moderno típico do urbanismo do início do século XX.

Ao longo dos últimos 50 anos, várias mudanças foram realizadas no bairro. No início, as terras alagadiças onde se plantava arroz, não eram apropriadas para a construção de um loteamento popular. Porém, a migração de uma população que vinha do interior do estado na busca por melhores condições de emprego na cidade de Canoas³ ou na Região Metropolitana de Porto Alegre pressionou os agentes imobiliários a utilizarem essas terras

³ Canoas é o principal pólo industrial do Estado do Rio Grande do Sul, e 68% de seu PIB vêm da indústria.

para moradia (PENNA, 2000). O seu rápido povoamento está associado, principalmente, ao baixo custo das terras em decorrência das constantes enchentes que assolavam aquela área, facilitando a aquisição dos terrenos. Como bem retrata Torres (2004), a qualidade ambiental costuma cumprir um papel decisivo na dinâmica de ocupação do espaço urbano, reservando às camadas mais carentes os piores locais para moradia. É a partir desse contexto que irá surgir um dos maiores assentamentos urbanos da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Essa trajetória ajudou a pavimentar um estigma de pobreza que, junto com os efeitos produzidos (de maneira indutiva pelo Estado) pelo padrão periférico de crescimento, consolidou a segregação residencial como uma realidade a ser vivida pelos moradores da Grande Mathias. Apesar desse processo não ter se iniciado com a globalização, ele se aprofundou de maneira trágica, principalmente para uma cidade que tem como base de sua economia o setor secundário (RODRIGUES, 2004; DAMIMERT, 2004; BARCELLOC; MAMMARELLA; KOCH, 2002; KOWARICK, 2002; MARICATO, 2000; PRETECEILLE; RIBEIRO, 1999), como é o caso de Canoas.

Com o desenvolvimento da cidade, o bairro pouco a pouco acabou criando uma dinâmica própria que incorpora muito fortemente a noção de centro/periferia. A região mais central (mais próxima ao centro), por conta das melhorias da infra-estrutura da cidade e ampliação da base territorial do centro, como a construção de um *shopping center* no limite mais meridiano do bairro, passou a obter um maior valor imobiliário ao longo do tempo. Com isso, as famílias mais pobres, que não tinham condições de ali permanecer, foram sendo pressionadas pelo mercado imobiliário a se deslocarem para a região periférica do bairro (mais ao fundo e mais precária) ou para as vilas adjacentes que não possuíam infra-

estrutura para suportar um maior adensamento populacional, como aconteceu com a vila Santo Operário, ampliando a sua vulnerabilidade social. Assim, seus moradores passaram a sofrer um duplo processo de estigmatização: ser morador de um bairro pobre, estigmatização de primeira ordem, e habitar as regiões mais vulneráveis do bairro, estigmatização de segunda ordem. Conforme Cunha (2004), já não bastasse a dificuldade que esses grupos enfrentam para garantir sua sobrevivência, o processo de estigmatização acaba acarretando um ônus ainda maior a essas populações, corroendo a sua autoestima.

A defesa utilizada por alguns moradores do bairro contra o estigma de primeira ordem é dizer que não são moradores da região mais vulnerável. Para aqueles que estão pouco interessados nessa distinção, tal argumento só reforça o que eles estão tentando apagar: são moradores do bairro Mathias Velho. Ser morador do bairro já predica uma identidade totalizadora e unificada, construída pelas relações de poder estabelecidas no processo de formação da cidade, que vêm na violência seu principal ponto de apoio. Nesse caso, como afirma Rodrigues (2004), há motivações ideológicas que ajudam a compreender a produção do bairro segregado.

Os problemas metodológicos, já apontados por Zaluar (2000) no debate sobre a caracterização da população pobre, obrigaram-nos a designá-lo simplesmente de moradores da comunidade do bairro Mathias Velho ou da Grande Mathias. A imprecisão na utilização dos termos como classe popular, pobre ou classe trabalhadora, poderia obrigar-nos a assumir um discurso descritivo totalizador que abandonaria o outro (aquele que não se enquadra dentro desse cenário), abrindo espaço para um contexto pretensamente homogêneo, incompatível com a heterogeneidade da realidade investigada. Há uma identidade de bairro que está sedimentada nos limites político-administrativos estabelecidos

pela prefeitura municipal e ancorados no estigma. Ser morador do bairro Mathias Velho significa residir no quadrante marcado pelas ruas Florianópolis, Curitiba e Avenida Guilherme Schell e o Rio dos Sinos. As outras imagens são consequências da disputa pelo processo de significação da cidade.

A forma desordenada com que se deu a expansão dessa região acabou por criar assentamentos ilegais que foram sendo formados sem acesso às condições mínimas de subsistência. Apesar do traçado das quadras, encontramos construções irregulares, pavimentação incompleta, escoamento de esgoto a céu aberto, habitações úmidas e sombrias. Em outras regiões, aparecem casas em melhores condições, ruas pavimentadas, esgoto canalizado e maior opção de acesso à rede de serviços públicos ou privados. Identificamos, dentro do próprio bairro, um exemplo de segregação sócio-espacial. Nesse caso, mantém-se uma das principais características do processo de urbanização, que é, conforme Hughes (2004, 94): “[...] a assimetria entre a localização e as condições sociais, fazendo do ambiente construído espaço privilegiado de expressão das desigualdades sociais, com a permanente pressão dos mais pobres em direção às piores localizações”.

Na região mais central do bairro, através da mobilização popular, os moradores foram, ao longo do tempo, conquistando melhorias importantes à comunidade. Mesmo assim, ainda encontramos, hoje, pessoas vivendo sem nenhuma condição de higiene, principalmente na região localizada ao fundo e nas vilas irregulares.

O nível de bem-estar de uma população pode ser determinado pela distribuição dos recursos disponíveis (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000; BARROS; MENDONÇA; DUARTE, 1997). Nas regiões onde habita o contingente da população brasileira que está próximo ou abaixo da linha da pobreza, como é o caso de uma parcela

importante das famílias da Grande Mathias, o quadro de vulnerabilidade social cria um cenário de grandes dificuldades. Isso ocorre principalmente por meio da precarização dos serviços públicos, impedindo a ampliação da melhoria das condições de vida, o que, por consequência, compromete a superação desse quadro.

Como já foi apresentado anteriormente, ser do bairro Mathias Velho significa carregar um estigma que associa pobreza com violência, detonando mecanismos de “evitação” (CALDEIRA, 1997). Como resposta, a sociedade construiu uma cultura do medo. Para Ribeiro e Santos Jr. (2003), tal cultura explicita-se no modo como é dada nitidez aos espaços não-confiáveis da cidade. Nessa perspectiva, não só o bairro Mathias Velho, como também a região da Grande Mathias, são interpretados pelo senso comum como um todo homogêneo, onde os sinais de violência e pobreza se sobressaem. A segregação sócio-espacial produz uma representação negativa que direciona o olhar do observador em função do local de moradia e do potencial destrutivo, da ordem social, endereçado aos seus moradores. Neste momento, a pluralidade se dissolve. Através de uma economia semiótica a complexidade do outro é representada a partir de um mínimo de signos: o estereótipo.

Apesar de existirem algumas análises que associam segregação sócio-espacial com homogeneidade social, encontramos na literatura pensamentos dissonantes. Duas formas de garantir base empírica para esse tipo de avaliação, que serão utilizadas por nós, têm sido buscadas na identificação da População Economicamente Ativa (PEA) ⁴ e nos anos de permanência na escola.

⁴ Para esta análise, utilizamos os dados do censo de 2000 do IBGE a partir do setor censitário.

Utilizando como marcador social os indivíduos da PEA que recebem até dois salários mínimos, percebemos certa preponderância, como referem Barcellos, Mammarella e Koch (2002), e não um quadro homogêneo. Há regiões onde os indivíduos que ganham mais de 10 salários mínimos representam mais de 5% da PEA do setor censitário. Isso não nos autoriza a reivindicar equilíbrio sócio-econômico na formação do bairro.

No que diz respeito ao marcador educacional, duas observações fazem-se importantes. A região da Grande Mathias possui uma rede significativa de escolas públicas que garante a universalização do acesso ao Ensino Fundamental. No entanto, no que se refere à progressão escolar, há um funil entre a saída do Ensino Fundamental e a entrada no Ensino Médio.

As diferenças entre os setores censitários são bastante nítidas. Condições educacionais desiguais significam condições diferenciadas de acesso e permanência no mercado de trabalho e de experimentação de atividades no campo do lazer (trataremos desse tema mais adiante). Apenas 1.129 pessoas possuem formação superior, o que corresponde a 1,43% dos moradores do bairro. Em torno de 50% estão localizados na região mais próxima ao centro da cidade. Portanto, apenas um pequeno número de indivíduos possui melhores condições de reagir à vulnerabilidade a que estão expostos no mercado de trabalho.

Apesar de não ser foco deste estudo a realização de uma análise detalhada da segregação sócio-espacial do bairro, utilizamos esses indicadores para ilustrar com maior propriedade o cenário de dificuldades em que vivem os moradores da região da Grande Mathias. Daí também a dificuldade de transformar esse contexto em um amálgama que dê conta do que é a região – uma comunidade repleta de complexidade e diferenciações.

Diferentes trabalhos apontam a segregação sócio-espacial como um dos principais motivos para o acesso a serviços públicos de baixa qualidade. Para Barcelos e Mammarella (2001), a desigualdade social entre os diferentes entes da sociedade produz uma distribuição de bens sociais, alguns raros e cobiçados, de forma assimétrica. Torres, Marques, Ferreira e Bitar (2003) identificam que uma das consequências da segregação é a produção de um cenário cujos elementos negativos da urbanização acabam sendo concentrados em determinados espaços da cidade. Para Rodríguez e Arriagada (2004), a baixa qualidade de serviços oferecidos às populações segregadas amplifica as suas vulnerabilidades e as expõem a situações de violência.

Características como disponibilidade de tempo e falta de alternativas de lazer, principalmente aquelas que podem ser desenvolvidas nos espaços públicos, como as esportivas (tanto em espaço quanto em serviço), auxiliam a sedimentar o universo da vulnerabilidade social ligada ao tráfico, à violência e às altas taxas de homicídios (ZALUAR,1997), principalmente quando discutimos a cultura juvenil. Neste sentido, o tema da segregação sócio-espacial deveria ser mais recorrente no debate sobre políticas públicas na área do lazer e do esporte para que se possam compreender os mecanismos de produção e deterioração da qualidade de vida de moradores das periferias das grandes cidades.

Para focarmos um pouco mais no objeto de investigação deste trabalho, faz-se necessário o detalhamento da configuração dos espaços públicos destinados ao lazer esportivo da região da Grande Mathias. Esse dado permitirá avaliar com maior precisão a produção social dos seus espaços de lazer público.

Espaços públicos para o lazer esportivo

Quando pensamos nos equipamentos coletivos destinados ao lazer, há um recrudescimento ainda maior das condições objetivas para o desenvolvimento do cidadão. Primeiro, porque o lazer não repousa como um daqueles temas fundamentais em que os gestores públicos se sentem compelidos a prestar uma melhor resposta à comunidade, principalmente em regiões muito carentes. Segundo, quando a população é chamada para estabelecer prioridades de investimento do poder público, como nos processos participativos⁵ que também ocorrem na cidade, o esgoto, a saúde, a educação, o asfalto e a regularização fundiária acabam obtendo as maiores votações. Quando o problema da urbanização de grandes assentamentos urbanos é equacionado pelos tecnocratas do urbanismo, é muito provável que o lazer ocupe uma posição ainda mais periférica, atendendo apenas a agendas políticas paroquialistas. Na Grande Mathias essa agenda é materializada através dos campos de várzea. Apesar de públicos, são administrados pelas equipes que passam a ditar as regras de acesso, sem nenhuma mediação com o poder público. Esses espaços são cedidos de forma clientelista.

Por outro lado, há uma dificuldade da própria literatura em estabelecer com maior nitidez os espaços públicos destinados ao lazer esportivo na cidade (SANTOS, 2006a). Há duas possibilidades nesse cenário: os espaços públicos abertos para o lazer esportivo e os espaços públicos de uso restrito para o lazer esportivo. No primeiro cenário, aparecem as praças e parques. No segundo, as escolas públicas e o centro comunitário. Todos podem ser considerados espaços públicos para o lazer esportivo. Dessas possibilidades, apenas as

⁵ A experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre/RS, apontada como um importante instrumento de gestão pública, também nunca conseguiu colocar entre as principais prioridades a qualificação dos equipamentos e serviços de lazer.

escolas públicas têm sido utilizadas mais recentemente na realidade brasileira para a finalidade de lazer através do programa Escola Aberta. Na Alemanha, essa alternativa já havia sido construída nos anos de 1970 por meio de uma série de estudos de mapeamento (DIECKERT, 1984).

Tendo em vista a atenção dispensada pelos jovens à prática do esporte como uma das principais atividades de lazer, estaremos analisando os espaços públicos a partir de seu potencial esportivo. Na região da Grande Mathias, existem 23 espaços públicos para o lazer esportivo: 16 no bairro Mathias Velho e sete na região adjacente.

No bairro Mathias Velho, o moderno urbanismo racionalista fez com que as praças fossem distribuídas ao longo da avenida principal (Avenida Rio Grande do Sul), que dá acesso ao bairro e absorve a maior parte do transporte coletivo e individual da comunidade. O que podemos observar é que a principal preocupação dos urbanistas com a construção dos espaços públicos para o lazer ficou restrita ao paisagismo, ao embelezamento. As praças localizadas no canteiro central da Avenida Rio Grande do Sul, nesse sentido, cumprem um importante papel na medida em que quebram a continuidade do olhar em direção ao fundo (a periferia), tornando sua imagem menos inóspita.

O urbanismo racionalista tem como pressuposto a construção de uma cidade baseada no modelo funcionalista. Conforme prescrito no documento base desse movimento - IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, ocorrido em Atenas, em 1933, a cidade deve oportunizar espaços para habitar, trabalhar, recrear e circular. A Carta de Atenas aponta que os espaços para o lazer ativo (leia-se esportivo) são interpretados como sendo de fundamental importância para os jovens, devendo ser construídos perto dos locais

de moradia, desde que seu acesso não seja proibitivo. Como percebemos no bairro Mathias Velho, faltou aos urbanistas uma leitura adequada dos preceitos funcionalistas.

Infelizmente, os administradores foram negligentes na operacionalização desse modelo. No bairro Mathias Velho, os espaços públicos para o lazer esportivo em praças estão concentrados (81,25%)⁶ ao longo da principal avenida. A carência de espaços fez com que o poder público utilizasse parte desses canteiros centrais para a construção de escolas públicas. Com isso, houve uma diminuição da área de lazer esportivo de livre acesso para a comunidade. Numa dessas áreas, a mais ao fundo, não existe nenhum espaço aberto destinado para o lazer esportivo. Confirma-se a tese de que, nas regiões mais vulneráveis, o acesso aos bens culturais são precários.

Para agravar ainda mais esse quadro, há uma cultura que busca, em nome do esporte nacional, priorizar o acesso às áreas públicas privilegiadas, que passam a ser administradas por associações esportivas através da figura jurídica do comodato. Na prática, isso significa que aqueles que desejam ali jogar, inclusive as escolas, devem pedir autorização ou alugar a área de seu administrador local mediante pagamento.

Numa das passagens pelo interior do bairro em busca de informações para construção do banco de dados sobre os espaços de lazer esportivo, conhecemos um morador que, diante da dificuldade de nos prestar esclarecimentos sobre o acesso ao campo de várzea, nos indicou o zelador do espaço. Dirigimo-nos a um pequeno barraco construído com uma variedade de materiais e cores, desnudando a precariedade das condições de vida daqueles que ali habitam, em busca da informação de como se faz para jogar naquele

⁶ Esse valor corresponde a Área Esportiva Construída (AEC). Para efeito deste trabalho, estamos considerando como áreas esportivas construídas aqueles espaços que possuem o mobiliário para a prática de algum esporte, e sua área é aferida pelos limites assinalados pelas linhas demarcatórias da área esportiva.

campo. O senhor que nos atendeu disse que deveríamos falar com a diretoria da equipe de futebol responsável pelo espaço. Diferentemente dos outros campos, o informante apontou que havia uma dificuldade na administração desse espaço, tendo em vista um problema em sua grade de proteção. A falta de manutenção permitia o acesso facilitado a qualquer integrante da comunidade que desejasse jogar naquele espaço público. Estava clara, para ele, a fronteira entre o público e o privado. Todos os outros campos são cercados por tela, e o acesso só pode ser realizado mediante a abertura de um portão fechado a cadeado.

A privatização desses espaços através de concessão pública demonstra a relação que as forças políticas estabelecem com as lideranças locais. O clientelismo sedimenta essas relações e, em busca do fortalecimento do esporte popular, impede o acesso dos moradores a áreas raras para o cultivo do lazer. A democratização desses espaços (a incorporação dos campos de várzea ao acesso público) permitiria uma ampliação de 210% nas áreas esportivas construídas numa região marcada pela precariedade de espaços.

O que acontece com os campos de várzea transforma a consciência cívica republicana (a separação nítida entre o público e o privado) em um terreno arenoso que estimula a cultura do patrimonialismo (O'DONNELL, 1998), promovendo a carnavalização do colonialismo expressa nas mais variadas formas de clientelismo (ZALUAR, 2000).

O bairro também possui um Centro Social Urbano (CSU). A construção desse espaço fez parte de um programa federal dos anos 80 que tinha como objetivo promover a integração social nas periferias urbanas através de atividades esportivas, culturais, educacionais e de saúde. No CSU, está assentada a única cancha esportiva pública coberta do bairro, de acesso livre durante todo o dia. Santos (2003) identificou, através do estudo da normal climatológica, que o clima atua restritivamente no acesso e permanência da

população nos espaços públicos para o lazer esportivo durante cinco meses do ano na região da Grande Porto Alegre. Neste sentido, a inexistência desses espaços colabora para uma menor integração da comunidade com atividades esportivas ao longo do ano.

Na região da Grande Mathias encontramos uma baixa diversificação dos espaços esportivos existentes. A população está excluída de piscinas, ciclovias, pistas de corrida, quadras de futebol e vôlei de areia e pistas de patinação, por exemplo. As escolas públicas possuem mais que o dobro do número de áreas esportivas construídas. Há oito quadras de futebol de salão em praças e dezoito nas escolas; quatro quadras de voleibol nas praças e vinte e uma nas escolas; uma quadra de basquetebol nas praças e oito nas escolas; um ginásio no Centro Social Urbano e dois nas escolas. As praças e o CSU garantem 0,05 m² de área esportiva construída por habitante; as escolas, 0,12 m² por habitante. Essas áreas juntas garantiriam 0,17 m² por habitante. Caso resolvêssemos incorporar nessa operação as áreas que estão em regime de comodato, a área esportiva construída por habitante seria de 0,29 m². Ou seja, uma política austera no campo das políticas públicas de lazer deveria incorporar progressivamente todas as áreas esportivas do bairro. Há apenas um campo de futebol sete, uma cancha de bocha, uma pista de skate (vertical) e uma área com aparelhos de ginástica em praças. Há apenas uma quadra de futebol de areia, localizada no interior de uma das escolas do bairro.

Como pudemos perceber no cenário acima, são os jovens que acabam sofrendo ainda mais pela precarização das condições objetivas de desenvolvimento do lazer esportivo, pois têm disponível parcela importante do seu dia para essa atividade. Na região da Grande Mathias Velho, os espaços de lazer esportivos são reduzidos, mal distribuídos, pouco diversificados e sem qualidade, sem possibilidade de ocupação à noite (apenas

quatro dos trinta e um espaços esportivos construídos possuem luz artificial focada). Diante de eventos climáticos que comprometem seu uso mais efetivo, como a chuva, constata-se a existência de apenas três ginásios (um no CSU e dois em escolas). A resolução de Oslo da União Internacional dos Arquitetos propõe que os conjuntos habitacionais oportunizem acesso a equipamentos esportivos independentemente do clima e com garantia de iluminação (ALMEIDA, 1987). O cenário da região da Grande Mathias Velho aponta para a ampliação da vulnerabilidade na medida em que mitiga as possibilidades de acesso ao lazer por parte das crianças e jovens. Restrições, produzidas pelo próprio Estado, são colocadas aos jovens que impedem o pleno direito de acesso à prática esportiva em espaços qualificados.

O Mapa do Lazer Juvenil da Grande Mathias Velho buscou conhecer as atividades de lazer realizadas por estudantes de 5ª série do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas da região. Participaram do “survey” 2.622 estudantes. Uma das questões procurou conhecer a atividade de lazer mais importante realizada em cinco turnos do final de semana. No sábado à tarde, 28,4% realizaram atividades esportivas de lazer; no domingo à tarde, 24,8%. Essa realidade demonstra, mesmo diante de tantas dificuldades para o engajamento esportivo, a força dessa modalidade de lazer no cotidiano dos estudantes.

Diante da falta de espaços qualificados para o lazer esportivo, a participação da rua como palco para o desenvolvimento do esporte é de 77,17% no sábado à tarde e de 89,7% no domingo à tarde. Diante desta realidade, o gosto simbólico pelo coletivo (ZALUAR, 1991) acabou por impingir uma nova configuração ao espaço da rua. A praça alcançou, respectivamente, 11,83% e 0,3%. Esses números revelam a natureza da fabricação de um

contexto inibidor à prática esportiva em áreas públicas construídas para essa finalidade. Quando perguntados sobre a oportunidade de fazer alguma coisa pelo seu bairro, 14,1 % dos estudantes responderam que gostariam de ter mais praças e quadras esportivas. Esse item só perdeu para a melhoria na infraestrutura: esgoto, asfalto, regularização fundiária e iluminação (22,1%) e segurança (27,3%). A prioridade do tema da segurança só reforça a vulnerabilidade social da comunidade.

Se dividirmos o bairro em três espaços mais ou menos simétricos, obedecendo à lógica da segregação sócio-espacial, poderemos identificar a região mais periférica como a que carece de espaços públicos para o lazer esportivo. Nessa porção do bairro, esses espaços não existem. Mesmo sabendo dessas dificuldades, 86,4% dos estudantes responderam “sim” quando perguntados se gostavam de residir no bairro. Um terço apontou como principal motivação para isso os amigos. Porém, não podemos deixar de destacar que a segregação, principalmente quando realizada com esse grau de privação, empurra os jovens para formas criminosas e perversas de solidariedade. Apesar da atuação do Estado na fragilização dos laços comunitários, os jovens são capazes de reinventar espaços de sociabilização como uma de suas estratégias de apoderamento, na tentativa de diminuir seu isolamento e vulnerabilidade social.

A falta de equidade na distribuição dos benefícios da urbanização, como a percebida na região da Grande Mathias Velho, desnuda um traço da desigualdade apontada por Torres, Marques, Ferreira e Bitar (2003) e Estanque (1995). O que torna mais complexa a análise é que essa desigualdade não é algo conjuntural, resultado de um dado estágio de desenvolvimento econômico. Para Dubet (2001), este cenário é produto da modernidade na medida em que promove a concorrência entre os indivíduos como forma de estabelecer a

distinção, a diferença, e de apontar o desigual. Os que não tiveram a capacidade de ascender devem ocupar as regiões mais vulneráveis. Para essas regiões, o espaço público (o espaço público, mais que um local de encontro entre o diferente, um direito social da vida em comunidade) foi uma promessa não cumprida da modernidade, que esboça nos enclaves fortificados a crueldade desse processo.

Caberia ao Estado garantir as condições mínimas para que houvesse o espaço público e para que este fosse um local de encontro, principalmente entre os diferentes. A análise dos espaços públicos para o lazer esportivo demonstra que, muitas vezes, o Estado pode atuar até mesmo na direção contrária, promovendo e amplificando as diferenças sociais e culturais, impedindo ou dificultando a função de encontro e sociabilização.

O baixo volume de área esportiva e sua escassa diversidade apontam para a exclusão da comunidade em relação a esse bem social e cultural. Portanto, como sugere Hughes (2004), não podemos endereçar apenas à perspectiva econômica os motivos para a vulnerabilidade social das periferias. A segregação também cumpre uma agenda política e ideológica, antes mesmo do advento da globalização. A casa grande e a senzala deixaram marcas simbólicas importantes para a cultura brasileira.

Há uma unanimidade na literatura acadêmica de que o aprofundamento das desigualdades, como o acesso aos espaços públicos de lazer, principalmente em comunidades segregadas, desencadeia situações de vulnerabilidade que promovem a violência. O Estado tem exercido um papel estratégico na montagem dessa arquitetura.

Concentração territorial homogeneamente pobre, ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, falta de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro e, além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras

consequências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais: essa é a fórmula das bombas socioespaciais. É impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência. (MARICATO, 2000, p. 30).

Estudos apontam que os jovens são as principais vítimas da violência urbana (CARRANO, 2000). Os mais prejudicados são aqueles que se encontram em situação de pobreza, pois, além de outras carências, onde residem há falta de equipamentos esportivos de lazer, como apontam Abramovay e Castro (2002). Segregação sócio-espacial, tempo livre, juventude e falta de opções de lazer, esportivas e não-esportivas, acabam produzindo um cenário explosivo.

Considerações finais

A realidade sócio-espacial da Grande Mathias Velho reafirma a tese de que não é possível caracterizar realidades tão complexas do ponto de vista social em narrativas totalizantes. Não obstante essa constatação, prepondera num contexto social de baixa renda a sedimentação de um estigma que alinha pobreza e violência num contínuo. A segregação sócio-espacial, longe de ser um produto apenas do contexto social, também possui uma função ideológica de apartação desses moradores do conjunto da cidade.

A política de produção de espaços segregados possui um impacto na distribuição e diversificação das áreas destinadas ao lazer esportivo. Nesse sentido, a segregação espacial é produtora de outra modalidade de segregação, a segregação que se dá no âmbito do acesso a áreas para o lazer esportivo.

Como pudemos perceber, o Estado pode atuar inclusive, através de suas políticas, ampliando as desvantagens dos grupos segregados ao não distribuir equitativamente este

bem social raro. As escolas, que poderiam diminuir o peso da segregação, não são alvos de uma política pública organizada e planejada de Estado estruturada para diminuir o impacto da vulnerabilidade desta comunidade.

São os jovens os mais fragilizados nesta complexa arquitetura, por dedicarem parte importante de seu dia para atividades sociabilizadoras que têm no esporte um catalisador importante. São eles também que reinventam o espaço da rua como resposta a um contexto que os fragiliza do ponto de vista de suas experiências esportivas. Porém, é o espaço da rua que tem se tornado cada vez mais inóspito e inseguro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p.143-176, jul. 2002.

ALMEIDA, P. **Aspectos sociológicos em urbanística desportiva**. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura, 1987.

BARCELLOS, T. M.; MAMMARELLA, R. Questões teóricas e metodológicas na pesquisa recente sobre as grandes cidades: notas para reflexão. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, FEE, v. 22, n. 2, p. 248-269. 2001.

BARCELLOS, T. M.; MAMMARELLA, R.; KOCH, M. R. Tipologia sócio-espacial 1980-91: diferença sócio-ocupacionais e desigualdades sociais entre os espaços da cidade. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 307-341, 2002.

BARROS, R. P., MENDONÇA, R. S. P., DUARTE, R. P. N. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão 454).

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. S. P. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000.

CALDEIRA, T. P. R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 47, p. 127-154, mar. 1997.

CARRANO, P. C. R. Juventudes: as identidades são múltiplas. **Revista Movimento**, Faculdade de Educação da UFF, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2000, p. 11-27.

CARTA DE ATENAS. Disponível em: <[html://www.rc.unesp.br/igce/planejamento](http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento)>. Acesso em: 5 nov. 2007.

CUNHA, J. M. P. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica na metrópole paulista. **Revista Brasileira Estudos de População**. v. 21, n. 2, p. 343-347, jul./dez. 2004.

DAMIMERT, L. ? Ciudad sin ciudadanos? Fragmentación, segregación y terror en Santiago. **Revista EURE**, Santiago de Chile, v. 30, n. 91, p. 87-96, dic. 2004.

DIECKERT, J. Esporte de lazer: tarefas e chances para todos. In: DIECKERT, J. (Org.) **Esporte de lazer: tentativa e chance para todos**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984. p. 13-25.

DUBET, F. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17. p. 5-19, mai./ago. 2001.

ESTANQUE, E. O lazer e a cultura popular, entre a regulação e a transgressão: um estudo de caso. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 43, p. 123-145, out. 1995.

FERNANDES, F. L. **A representação das favelas no imaginário social e a atualização do mito da marginalidade**. 2006. Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/arquivos_noticias.html>. Acesso em: 4 maio 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE/RS. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

HUGHES, P. J. A. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 93-102, out./dez. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo de 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre vulnerabilidade no Brasil urbano, **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 63, p. 9-30, jul. 2002.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p.21-33, out./dez. 2000.

O'DONNELL, G. Situações: micro cenas da privatização do público em São Paulo, **Novos Estudos CEBRAP**, v. 22, p. 45-52, 1998.

PENNA, R. (Coord.). **Canoas: para lembrar quem somos**, Mathias Velho. Canoas: Gráfica Editora La Salle, 2000.

PRÉTECEILLE, E. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. Tradução de Daniel Julien Van Wilderode. **Espaço & Debate**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 11-23, 2004.

PRÉTECEILLE, E.; RIBEIRO, L. C. Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 143-162, jun.1999.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS Jr, O. A. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira, **Revista EURE**, Santiago de Chile, v. 39, n. 88, p. 79-95, dic. 2003.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá**. 258 f. Tese (Doutorado) - Doutorado em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2004.

RODRIGUES, J.; ARRIAGADA, C. Segregación residencial en la ciudad latinoamericana, **Revista EURE**, Santiago de Chile, v. 39, n. 89, p. 5-24, mayo 2004.

SANSSSEN, S. *The Global Cities: New York, London, Tokio*. Princeton: University Press, 1991.

SANTOS, E. S. Avaliação dos espaços destinados ao lazer esportivo: notas sobre uma proposta metodológica. **Revista Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 135-152, 2009a.

SANTOS, E. S. Atividades de lazer de estudantes do ensino médio de Canoas/RS. **Revista Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, 2009b.

SANTOS, E. S. Lazer, infância e juventude: continuidades e discontinuidades. **Lecturas Educación Física y Deporte**, Buenos Aires, a. 13, n 121, jun. 2008.

SANTOS, E. S.; CARDOSO, M. F. S.; REPPOLD FILHO, A. Obrigações com o trabalho doméstico familiar e atividades de lazer de estudantes de Canoas/RS. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 48-66, jan./jun. 2008.

SANTOS, E. S.; DAMICO, J. G. Formação escolar e comportamento ativo no âmbito do lazer: uma experiência de estudantes do bairro Guajuviras/Canoas. **Lecturas Educación Física y Deportes**, a. 12, n. 121, sep. 2007.

SANTOS, E. S. Reflexões sobre a utilização dos espaços públicos para o lazer esportivo, **RA' EGA**, Curitiba, v. 11, p. 25-36, 2006a.

SANTOS, E. S. Análise comparativa dos espaços esportivos. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, a. 10, n. 92, ene. 2006b.

SANTOS, E. S.; DAMICO, J. G.; FREITAS, L. C. Pensando o lazer a partir da perspectiva étnica. **Revista Arquivos em Movimento**, v. 2, n. 2, p. 36-54, jul./dez 2006.

SANTOS, E. S.; MANDARINO, C. M. Juventude e religião: cenários no âmbito do lazer. **Revista de Estudo da Religião**, São Paulo, n. 3, p. 161-177, 2005.

SANTOS, E. S. Conforto ambiental e lazer esportivo na cidade, **Corpo em Movimento**, Canoas, v. 1, p. 155-169, 2003.

TORRES, H. G. Segregação residencial e políticas públicas em São Paulo na década de 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 41-56, fev. 2004.

TORRES, H. G. *et al.* Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 29-47, fev. 1997.

ZALUAR, Alba. O esporte na educação e na política pública, **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 38, p.19-44, 1991.

Endereço do Autor:

Edmilson Santos dos Santos
Av. Guilherme Schell 1250 casa 48
Bairro Rio Branco
Canoas – RS - 92200-630
Endereço Eletrônico: profedsantos@yahoo.com.br